

O Conselho Mundial de Igrejas e os Novos Desafios para o Movimento Ecumênico

Konrad Raiser

1. O Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e a Proximidade de Seu 50º Aniversário

O CMI foi estabelecido em 1948; assim, celebrará seu 50º aniversário dentro de quatro anos, por ocasião de sua 8ª Assembléia. Embora 50 anos seja um espaço de tempo breve em comparação com a vida da maioria das igrejas, o aniversário é um momento oportuno para revisão e reavaliação. O CMI, embora sendo um Conselho de Igrejas, entende-se como o “instrumento privilegiado do movimento ecumênico”. Por isso ele não deve se transformar em outra organização eclesial que administre as relações intereclesiais em nível internacional. Deveria continuar a inspirar e dar orientação ao movimento ecumênico, que não é idêntico a relações intereclesiais.

A situação ecumênica e a situação mundial mudaram radicalmente desde que o CMI foi fundado. Este fato é, por si só, razão suficiente para uma reavaliação. Examinemos algumas dessas mudanças.

O CMI foi fundado por 147 igrejas — principalmente protestantes — da Europa e América do Norte. Hoje ele inclui entre suas 324 igrejas-membros todas as igrejas ortodoxas, e as igrejas do Hemisfério Sul representam a maior parte dos membros do Conselho. Desde o Concílio Vaticano II a Igreja Católica Romana entrou no movimento ecumênico. Ela coopera com o CMI em muitas áreas, especialmente na área de estudos teológicos, mas não é provável que se torne membro pleno no futuro próximo. No outro lado do espectro cristão, é a parte evangélica e pentecostal do cristianismo mundial que permanece fora do CMI. Assim, embora o escopo do ecumenismo organizado tenha crescido consideravelmente, ele representa apenas uma minoria da Igreja em nível mundial.

O CMI foi fundado pelas principais igrejas históricas do norte. A compreensão de ordem eclesial e de produção teológica dessas igrejas moldou amplamente o etos do CMI até o presente. Mas agora as igrejas históricas se encontram na defensiva em toda parte. Sua influência e seu poder de proporcionar orientação espiritual e coesão social estão diminuindo. Sua pauta ecumênica primordial, i. é, a superação das divisões doutrinárias entre as igrejas, foi substituída por uma nova pauta que se concentra nas experiências cotidianas das pessoas, i. é, separação e

exclusão, mesmo nas igrejas, por causa de raça, classe e sexo. O ecumenismo eclesial do movimento ecumênico inicial está sendo desafiado por um ecumenismo do povo de Deus que requer novas metodologias e formas de institucionalização.

O CMI foi fundado sob o impacto da Segunda Guerra Mundial e às vésperas da Guerra Fria, que dominou a realidade internacional (e em muitos casos também nacional) durante esses últimos mais de 40 anos. Preso no conflito ideológico entre leste e oeste, que foi cada vez mais substituído pelo conflito entre norte e sul, o CMI era constantemente desafiado a tomar partido numa situação de confronto. A mudança de perspectiva do norte para o sul aumentou o conflito interno no movimento ecumênico. Hoje, após anos de luta, resistência e desafio profético à Igreja e ao mundo, o movimento ecumênico se defronta com uma realidade global na qual apenas um modelo de sociedade, economia e cultura parece ter importância, que não deixa espaço para alternativas, mas ao mesmo tempo exclui grande parte da humanidade de uma participação equitativa. Essa situação exige novas respostas do movimento ecumênico.

Quando foi fundado, o CMI incorporou o chamado à missão e evangelização mundial em sua carta. A conexão entre ecumenismo e missão foi consumada em 1961 quando o Conselho Missionário Internacional foi fundido com o CMI. Só através desse passo é que o CMI realmente tornou-se um Conselho *Mundial* de Igrejas. Todo o pensamento do CMI em seu período inicial era moldado por uma compreensão universalista da vocação das igrejas como instrumentos da missão de Deus no mundo. Mas, ao passo que o movimento ecumênico inicial esperava uma inevitável disseminação da cultura e dos valores cristãos a todas as partes do mundo, hoje em dia testemunhamos uma revitalização de antigas religiões e culturas e o surgimento de uma crescente diversidade de novos movimentos religiosos. O desafio ecumênico que se coloca para as igrejas e o CMI agora é como testemunhar a fé numa situação de pluralismo religioso e cultural e como transformar uma tradicional atitude exclusivista para com outras religiões e culturas numa práxis de diálogo e cooperação.

Outra mudança precisa ser indicada ainda. Há 50 anos havia a esperança de que a ciência e a tecnologia abrissem o caminho para o progresso contínuo e de que a modernização geraria desenvolvimento humano e social nas regiões menos avançadas do mundo. Hoje temos que reconhecer que a visão de progresso e crescimento infintos foi uma ilusão perigosa. Enquanto que tem de fato havido um crescimento sem precedentes para alguns, a maioria da população mundial não tem visto progresso e desenvolvimento, mas sim empobrecimento crescente. Mais ainda: a difusão da cultura tecnológica tem levado à rápida destruição do meio ambiente natural e de seu delicado equilíbrio. A necessidade de estender nossas perspectivas ecumênicas além da Igreja e da sociedade e mesmo além da ação humana na história e de abarcar o todo da criação como parte da *oikoumene* de Deus é um dos mais urgentes novos desafios para o movimento ecumênico.

2. Um Mundo em Transição — Mudança de Paradigmas

Os novos desafios com que se defronta o movimento ecumênico na atualidade são expressões de um mundo em transição, em que muitas das velhas certezas não se sustentam mais. O CMI sempre tem sido muito sensível aos sinais dos tempos, tentando oferecer às igrejas e ao movimento ecumênico mais amplo uma interpretação da situação mundial e de suas implicações para o testemunho das igrejas. Esse ministério genuinamente ecumênico tornou-se muito difícil hoje. Não há critérios claros que pudessem orientar uma análise global. Há incerteza e até confusão disseminadas, o que é indicação de um processo de profunda transformação social e cultural. Por um lado, testemunhamos o surgimento de um sistema global cada vez mais dominante moldado por imperativos econômicos, tecnológicos e comunicacionais. Por outro lado, há o processo de crescente fragmentação cultural, étnica, social e até religiosa, acarretando muitas vezes um aumento da violência. Essas ambigüidades se refletem em todas as esferas e em todos os níveis da vida:

Política. O paradigma orientador para o ordenamento da vida política tem sido a democracia. Por mais de uma geração, as lutas estiveram direcionadas para o estabelecimento da democracia como forma de governo justa e participativa. Mas o governo da maioria constitui uma garantia de justiça? Eleições livres e justas abrem o caminho para a participação do povo? Como pode uma cultura democrática ser fomentada e mantida no nível de um Estado nacional quando o processo político está sob o domínio de um sistema econômico e financeiro transnacional? O que significaria a democracia no nível de governo global? Como pode surgir uma cultura democrática quando há uma fundamental falta de confiança das pessoas nos processos formais de legitimar o exercício do poder? Essas perguntas surgem não só em países que só recentemente deixaram para trás governos autocráticos e ditatoriais. Elas também estão no centro da discussão pública em países com uma longa tradição democrática. Há uma necessidade urgente de novos paradigmas políticos. O enfoque no potencial democrático da sociedade civil é um aspecto importante dessa exploração de um novo paradigma político.

Economia. Após o fim do socialismo estatal, parece não haver alternativa ao modelo de mercado para o ordenamento da vida econômica. De fato, esse modelo está sendo imposto progressivamente, com todos os sacrifícios exigidos, em todas as sociedades como pré-requisito para participar da economia mundial. Entretanto, essa mesma situação de domínio incontestado do modelo de mercado como contraparte econômica da democracia evidencia as contradições internas desse paradigma. Está abundantemente claro que o mecanismo de mercado não pode estabelecer justiça econômica. Ele não pode responder e satisfazer as necessidades básicas das pessoas sem poder aquisitivo, i. é, de alimentação, saúde, moradia, educação,

emprego. O limite mais evidente do paradigma de mercado é que sem mecanismos claros de controle ele cria e intensifica a situação de marginalização, falta de poder e exclusão. Há uma necessidade urgente de alternativas a esse paradigma dominante, alternativas baseadas na capacidade das pessoas de compartilhar solidariamente.

A debilidade das instituições políticas e as limitações do modelo de mercado — que, juntas, produzem cada vez mais fragmentação — revelam o fato de que a vida política e a econômica se basearam na coesão moral da sociedade, que está desaparecendo rapidamente. A acumulação de poder e riqueza como objetivos últimos substituiu os valores da mutualidade e vida compartilhada. De fato, testemunhamos em muitas sociedades uma erosão do tecido básico da vida em comunidade e um aumento da violência, especialmente da violência contra as mulheres. A desconsideração da vida humana e da teia da vida natural é expressão de uma crise cultural que ameaça destruir a base da comunidade humana. Há uma necessidade urgente de reconstruir a comunidade num relacionamento viável com seu meio ambiente natural. Precisamos de um novo sistema de valores que substitua os valores centrados em ter e consumir mais e que enfatize relacionamentos em justiça e paz. Precisamos construir uma cultura de diálogo e não-violência, de compartilhamento e solidariedade, de autolimitação e respeito pela delicada teia da vida. É aqui que se espera urgentemente um testemunho ecumênico das igrejas junto com adeptos de outras crenças. Um etos global não pode se basear apenas em fundamentos cristãos.

O processo de transformação que estamos testemunhando também afeta as igrejas em sua vida institucional. De fato, as igrejas como organismos institucionais estão inseridas na dinâmica do declínio de credibilidade de todas as instituições sociais. A maioria das igrejas históricas estão perdendo membros, enquanto que novos grupos eclesiais e movimentos religiosos parecem estar crescendo. A filiação religiosa tornou-se frouxa, e as pessoas escolhem e mudam de acordo com sua própria percepção de suas necessidades religiosas. A era de modelos eclesiológicos dominantes, sejam eles católicos, sejam protestantes, que proporcionam a continuidade de tradições religiosas e pressupõem uma distinção clara entre Igreja e mundo, parece estar se aproximando de seu fim, cedendo espaço para uma maior diversidade de formas de vida comunitária cristã. As igrejas confessionais que surgiram junto com os estados nacionais estão sentindo a pressão e reagem de modo defensivo ou com esforços de evangelização para assegurar sua base num campo religioso cada vez mais competitivo. Precisamos de uma nova compreensão e expressão institucional do que significa ser a Igreja de Cristo hoje, que deveriam partir da vida do povo de Deus no mundo.

3. Rumo a uma Nova Visão Ecumênica

A vocação ecumênica básica para a unidade, a missão e o serviço é proporcionada pelos imperativos bíblicos que conclamam a comunidade cristã para *koinonia*, *martyria* e *diakonia*. Isso proporciona a razão de ser do CMI e a fonte interior de vitalidade do movimento ecumênico. A busca de unidade e de formas viáveis de testemunho e serviço é idêntica à busca de uma renovação da identidade básica da comunidade cristã. Porém as mudanças que aconteceram desde a fundação do CMI e o processo contínuo de transformação que ocorre no mundo em termos políticos, sociais, econômicos e culturais tornaram ambígua a expressão tradicional da visão ecumênica. O mandato de fomentar a unidade, a missão e o serviço das igrejas não está mais claro e necessita de uma nova articulação sob condições modificadas. Além disso, esses mandatos exigem uma renovação radical das igrejas, de modo que consigam “cumprir sua vocação comum para a glória do único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo”. A renovação ecumênica torna-se, portanto, a tarefa prioritária.

Isso tem que começar com o próprio CMI e suas formas institucionais. Embora o CMI deva conservar seu caráter básico de Conselho de Igrejas, como pode ele refletir mais adequadamente a nova realidade ecumênica transconfessional? Como pode servir o movimento ecumênico uno, que hoje inclui, além do CMI e suas igrejas-membros, muitos outros parceiros? De que espécie de instrumentos ecumênicos necessitamos no nível nacional e regional ao nos aproximarmos do séc. 21 e como deveriam eles relacionar-se com o CMI? Como se pode expressar e manter a coerência interna do movimento ecumênico? Estas perguntas terão que ser respondidas nos anos vindouros. O CMI deu início a um processo de reflexão entre suas igrejas-membros sobre a compreensão comum do Conselho e a visão ecumênica comum que culminará na Oitava Assembléia em 1998.

Isso também afeta a metodologia do trabalho ecumênico. O CMI criou um modelo que combina programas de estudo orientados por assuntos com projetos práticos de assistência e compartilhamento de recursos. A mesma metodologia foi adotada pela maioria dos outros organismos ecumênicos. Mas a situação atual exige algo mais e algo diferente de boas análises e projetos de assistência eficazes. O que se necessita são iniciativas de capacitação e conexão entre esforços ecumênicos locais em sua diversidade. Ao invés de proporcionar uma perspectiva global que esteja muito distante dos contextos concretos e ao invés de reagir a questões ou necessidades específicas que fazem parte de um contexto total mais amplo, faz-se necessária uma metodologia ecumênica que respeite a integridade e diversidade de situações locais, porém revele sua interconexão. Também necessitamos de uma disciplina e práxis ecumênicas de compartilhamento de recursos que não criem e dêem continuidade a dependências, respondendo às exigências de eficácia, mas que fomentem autêntica comunidade.

Uma nova articulação da visão ecumênica precisa ir além da concentração tradicional em relações intereclesiásticas. O chamado à unidade, à missão e ao serviço precisa ser expresso em relação à diversidade de culturas e às divisões fundamentais existentes dentro da comunidade humana baseadas em raça, sexo e classe. Nossa visão ecumênica deve criar espaço para o lugar de pessoas de outras crenças sem continuar com pretensões universalistas que não respeitam a identidade delas. Por fim, o horizonte de nossa visão deveria ser expandido de modo a abarcar a vida da criação inteira. A *oikoumene* de Deus deve ser entendida não só à imagem política e social do Reino, mas também à imagem holística da nova criação, dos novos céus e da nova terra.

Em anos recentes, o conceito de *koinonia* passou para o centro das tentativas de articular a visão ecumênica: *koinonia* tanto no sentido vertical de comunhão de Deus em Cristo através do poder do Espírito Santo quanto no sentido horizontal de uma comunidade verdadeira e inclusiva. Estamos começando a redescobrir que a vida significa relacionalidade em comunidade entre todos os seres vivos. Uma teologia da vida, como está sendo explorada hoje numa parte do trabalho do CMI, é necessariamente uma teologia de *koinonia*. Com essa ênfase na *koinonia*, a tradicional noção abstrata de unidade está se tornando mais aberta e adquirindo uma qualidade dinâmica. Voltando às raízes originais do termo *oikoumene*, i. é, *oikos* no sentido de casa ou família, eu proporia que que nossa visão ecumênica vise o cuidado (economia e ecologia) e a edificação (*oikodome*) da casa da vida de Deus. “Casa” tem a vantagem de ser um símbolo cotidiano que se refere às realidades básicas da vida em todas as culturas. A casa representa a forma elementar de comunidade inclusiva, incluindo o outro, o estranho/estrangeiro, o hóspede. Até mesmo o meio ambiente natural está intimamente ligado à casa. A casa ou família reunida em torno da mesa do banquete: este é um dos mais vigorosos e mais belos símbolos bíblicos do reino de Deus. A casa é o espaço para o diálogo e compartilhamento, e vivemos sob a promessa de que não mais seremos estrangeiros, mas membros da família de Deus. Nossa vocação ecumênica, portanto, consiste em tornar e manter habitável a terra como casa para todas as pessoas, culturas, raças e mesmo para toda a vida criada.

A visão da única casa da vida não fixa limites para nossa vocação ecumênica, mas deveria ser protegida contra uma interpretação universalista. Na casa/família de Deus há muitas peças, espaços para viver diferentes. Não há centro, exceto que Deus estará presente dentro da comunidade. Nossa tarefa não é agir como donos da casa, mas criar espaços para viver e fomentar sua inter-relacionalidade. A *koinonia* ecumênica será uma comunidade de comunidades que permanecerão diferentes umas das outras, mas reconhecerão sua mutualidade na casa/família de Deus.

Konrad Raiser
Conselho Mundial de Igrejas
Route de Ferney, 150
1211 Genebra 20 — Suíça